

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
PRÓ-RETORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO Á DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA- PARFOR/ CAPES/ UEPB**

VERONICA OLIVEIRA NOGUEIRA DA SILVA

**CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E AVANÇOS DA
ESCOLA MUNICIPAL PAULO VI – MOGEIRO/PB**

CAMPINA GRANDE

2019

VERÔNICA OLIVEIRA NOGUEIRA DA SILVA

**CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E AVANÇOS DA
ESCOLA MUNICIPAL PAULO VI – MOGEIRO/PB**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação do campo.

Orientador: Prof. Dr. Maria de Fátima Ferreira Araújo.

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Veronica Oliveira Nogueira da.
Concepções da educação do campo [manuscrito] :
desafios e avanços da Escola Municipal Paulo VI - Mogeiro/PB
/ Veronica Oliveira Nogueira da Silva. - 2019.
34 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual da
Paraíba, EAD - Campina Grande , 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Araújo ,
Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."
1. Educação. 2. Educação do campo. 3. Aprendizagem. I.
Título

21. ed. CDD 370

VERÔNICA OLIVEIRA NOGUEIRA DA SILVA

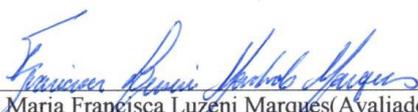
**CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS DA
ESCOLA MUNICIPAL PAULO VI MOGEIRO PB**

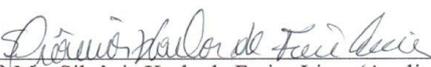
Trabalho de conclusão de curso (TCC) à
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento às exigências do término da
graduação em Pedagogia, sob a orientação da
Prof. Dr^a Maria de Fatima Ferreira de Araújo

Aprovada em, 26 de 06 de 2019

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr^a Maria de Fatima Ferreira de Araújo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Maria Francisca Luzeni Marques (Avaliador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Silvânia Karla de Farias Lima (Avaliador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente por nós dar saúde, força, determinação, confiança e perseverança, a todos os meus amigos que direto ou indiretamente contribuíram com as etapas deste trabalho.

À minha família, pela confiança e motivação.

Ao meu pai (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

À Silvânia Karla, coordenadora do curso, por seu empenho e por nunca desistir de nós.

À Prof. Dr. Maria de Fátima pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação e paciência.

Aos professores que passaram no Curso durante todo esse período, que contribuíram de forma significativa, por meio das disciplinas e debates, vivenciados em sala de aula.

Ao professor José Nildo e aos alunos da escola Paulo VI, que contribuíram de forma significativa para realização dessa pesquisa, na concessão de informações valiosas para a realização deste estudo.

Aos colegas de classe de Curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas em especial minhas colegas da nossa cidade Mogeiro, Gilcélia, Gichelly, Ivanilza, Lucileide, Valquíria, André e Letícia por todos os momentos que vivenciamos juntos de amizade e apoio.

Enfim, a todos que, com boa intenção, contribuíram para a realização de mais um sonho.

“...Então o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história”.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a educação do campo como ponto de partida para as possibilidades pedagógicas e para as potencialidades das pessoas tidas como rurais, valorizando cada uma delas. Para isso o texto estrutura-se em três partes: a primeira parte apresenta os aspectos legais, contextualizando características de uma modalidade de ensino nas escolas do campo bem como ainda ressalta o fechamento das escolas do campo. A segunda parte apresenta processos históricos da cidade, da comunidade e da própria escola. E a terceira parte traz uma pesquisa cujo objetivo é traçar o perfil da comunidade e dos educandos que ali vivem, para reconhecer neles o potencial de conduzir-se com crescente autonomia em sua vida pessoal, social, cognitiva e produtiva propiciando um ambiente favorável para a aprendizagem no âmbito do afeto, da comunicação e da vivência.

Palavras-Chave: Educação do campo. Processos históricos. Perfil da turma.

ABSTRACT

This study aims to present the education of the countryside as a starting point for the pedagogical possibilities and for the potentialities of rural people, valuing each one of them. For this the text is structured in three parts: the first part presents the legal aspects, contextualizing characteristics of a teaching modality in the schools of the field as well as still emphasizes the closing of the schools of the field. The second part presents historical processes of the city, the community and the school itself. And the third part presents a research whose objective is to trace the profile of the community and the students who live there, to recognize in them the potential to lead with increasing autonomy in their personal, social, cognitive and productive life, providing a favorable environment for learning in the context of affection, communication and living.

Key words: Field education, historical processes, class profile.

SÚMARIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1	Breve histórico e aspectos legais da educação no campo	10
2.1.1	EDUCAÇÃO DO CAMPO: Concepções e princípios pedagógicos	14
2.1.2	Fechamento Das Escolas do Campo	17
3	IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO DA ESCOLA	19
3.1.	Recursos humanos	20
3.2	Aspectos estruturais de funcionamento	21
3.3	Aspectos doutrinários e filosóficos	21
3.3.1	Filosofia da escola	21
3.3.1.2	Objetivos educacionais	21
3.3.1.3	Planejamento de ensino e avaliação	22
3.3.1.4	Programas e projetos pedagógicos desenvolvidos na escola	22
4	ASPECTOS HISTÓRICOS	22
4.1	Histórico da cidade de Mogéiro	22
4.2	Histórico da escola	24
4.3	Perfil da comunidade de Granjeiro	25
4.4	Relatório sobre o perfil da turma	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6	REFERÊNCIAS	30
7	APÊNDICE A – FORMULÁRIO	31

1 INTRODUÇÃO

Este presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo realizar a investigação infraestrutural e de práticas pedagógicas da escola de campo, Escola Municipal Paulo VI, que está situada no Sítio Granjeiro a qual faz parte da zona rural do município de Mogéiro. Nesta análise, busca-se observar as diversas possibilidades de aprendizado realizadas nessa escola, tais como a valorização da comunidade local bem como a cultura do povo campestre. Também foi observado o trabalho dedicado do professor que ministrando aulas para uma turma multisseriada busca adequar seu planejamento e o currículo da escola para desenvolver uma aprendizagem significativa.

A discussão a respeito do tratamento dado à Educação do Campo, faremos uma breve análise histórica sobre os movimentos que precederam essa modalidade bem como analisaremos o que as leis e diretrizes regulamentam sobre a prática da Educação no campo. Podemos em debate também as políticas de fechamento das Escolas do Campo no Brasil.

Nas últimas décadas, foi possível assistir a uma intensa presença dos sujeitos do campo na cena política e cultural do país, estes se mostraram diferentes e sim exigiram o seu devido respeito. Observamos a intensa discussão sobre a construção de uma Escola do Campo que fosse construtora de seus saberes, conhecimentos, valores, cultura e identidade.

A escola aqui em estudo é mais uma das muitas existentes no meio rural que também teve bastante dificuldade de ser construída para atender os alunos segundo o Artigo 3 da Resolução Nacional de Educação, e até hoje enfrenta preconceitos, tais como as pessoas da cidade não acreditarem no potencial dos educandos do campo.

Por muito tempo, a Escola do campo teve seus direitos usurpados e silenciados, o que de pior pode haver, pois a seus trabalhadores e trabalhadoras foi negado o direito à educação. Desde 1980, foi ouvido no seio da sociedade brasileira o reconhecimento de que a educação é um direito humano, “Educação, direito de todo cidadão, dever do Estado”, era o grito ouvido em praças e ruas de todas as cidades brasileiras, porém esse clamor não chegou ao povo campestre. Homens, mulheres, crianças, jovens, crianças do campo não foram excluídos desse grito, porém não foram incluídos nele de maneira que fosse respeitada a sua especificidade.

Em nossa análise literária é nítido perceber como no campo ainda estão enraizados todos os crônicos problemas de nossa educação: o analfabetismo, crianças e adolescentes fora da escola, defasagem na idade-série, repetência e reprovação, conteúdos muitas vezes inadequados.

Mas vale salientar que as problemáticas citadas acima não são uma realidade da escola Paulo VI.

Após anos de luta dos movimentos sociais por uma educação igualitária, uma educação que valorizasse os modos de vida camponesa, sendo espaço de encontro e formação das diversas experiências das comunidades vemos, hoje, uma preocupante realidade que diz respeito ao fechamento das Escolas do Campo, as quais vem passando por um processo de nuclearização, onde seus educandos têm que, infelizmente, serem realocados em escolas da cidade ou mesmo precisam para uma escola de outra comunidade mais próxima.

A “I Conferencia Nacional por uma Educação Básica do Campo”, foi realizada em Luziânia/GO e nela foram elaboradas propostas de políticas públicas para Educação do Campo no Brasil.

O debate sobre a Educação do Campo ganhou paulatinamente espaço na agenda educação brasileira e esta conquista se deve necessariamente a luta dos movimentos sociais que procurou constantemente lutar pela conquista da identidade Escola do Campo.

Portanto, a educação do campo da escola Paulo VI, do município de Mogeiro, vem se aperfeiçoando gradativamente ao se voltar para o resgate da cultura das famílias camponesas e quilombolas focando a importância desse povo e o quanto o processo educativo tem transformado a vida das pessoas dessa localidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Breve Histórico E Aspectos Legais Da Educação No Campo

A Educação no campo bem como suas práticas pedagógicas marcaram um importante passo no que diz respeito à Educação, de tal maneira que faz-se necessário conhecermos como se deu tal processo, de que maneira a Educação do campo foi constituída para atender a sua população. É importante ressaltarmos que o acesso à educação é um direito básico de todo ser humano, para que dessa maneira esse possa trabalhar suas habilidades e capacidades no meio social em que vive. O objetivo da Educação do campo não é apenas a escolarização de crianças, jovens e adultos, mas é uma política pública que possibilita o acesso à educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano, possibilitando-lhes os mesmos direitos que são garantidos a população urbana.

O Artigo 3º da Resolução Nacional de Educação diz que:

O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Nessa mesma Resolução, o Artigo 6º estabelece que o Poder Público em regime de colaboração com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

A Educação no campo recebe este nome não apenas por seu aspecto geográfico, sua localização, mas por sua cultura que a diferencia da cultura da população do meio urbano. Pensando nesse aspecto, deve-se construir uma educação que valorize e respeite a população a qual esta sendo atendida pela escola, trazendo para o campo escolar a cultura camponesa, no caso, para que os indivíduos possam construir sua identidade de forma positiva e significativa.

De tal maneira o Decreto 7352/2010 em seu artigo 1º conceitua população de campo e escola do campo,

Populações do campo: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010).

Ao analisarmos, historicamente, a população do campo sempre foi tida como aquela “população atrasada”, que servia apenas para trabalhar no campo, não tinham cultura, nem educação, por isso mesmo não poderiam ter acesso à educação básica formal. Assim, faz-se necessário estudar a legislação que garante o acesso a uma educação de qualidade para a população rural.

No entanto sabemos que existe controvérsias sobre essa análise histórica, onde só aponta os pontos negativos das escolas rurais, mas sabemos que os alunos da zona rural tanto quanto os alunos da cidade tem o mesmo direito de aprendizagem garantido pela LDB. Na perspectiva histórica, as constituições sempre contemplaram a educação escolar, porém à Educação Rural passou muitos anos sem ser mencionada em suas resoluções, como nos textos constitucionais de 1824 e 1891, nos quais observa-se que não há menção a Educação Rural, fato este preocupante já que “Brasil é um país eminentemente agrário.

Apenas, nas primeiras décadas do século XX, há a introdução na ordem jurídica brasileira da educação do campo, porém inegável dizer que esta educação vinha ao encontro de interesses da sociedade que procurava com tal conter o movimento migratório e elevar a produtividade do campo. Em 1934, em sua Constituição, fortemente marcada pelos ideais do Movimento Renovador, introduz-se a concepção de que a educação é direito de todos e responsabilidade dos poderes públicos, de tal maneira que cabe à União a oferta e financiamento nas áreas rurais. Como é citado no artigo 156, onde se lê que é responsabilidade da União, os Estados e os Municípios aplicar nunca menos de dez por cento e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. *No que diz respeito às zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.*

Nos estudos realizados, evidencia-se que entre 1930 a 1970 a Educação rural foi marcada apenas por leis que definiram regras, as quais não buscavam interagir com as necessidades do homem do campo, corroborando práticas educacionais que intensificaram a

dependência do rural em relação ao meio urbano. Diante de tal contexto Pires (2012), reitera que entre 1950 e 1960, a Educação do Campo foi considerada mais seriamente, pois foi, nesse momento, que iniciou-se a discussão sobre o êxodo rural, ou seja, a Educação do campo veio ao encontro de difundir os conhecimentos técnico-agrícolas, o investimento na agricultura com objetivo de manter essa população em seu meio rural a fim de impedir o crescimento populacional das grandes cidades. Nos estudos, percebe-se que as Constituições decretadas entre as décadas de 30 e 60 eram leis que apenas ditavam diretrizes para a Educação do Campo, ou seja, leis pautadas em uma visão governamental. Portanto, a Educação do campo foi pensada, a princípio, como o objeto pelo qual iria manter parcela da população no campo, ou seja, servia apenas para os interesses nacionais.

Nesse mesmo período, em 1960, começaram a surgir os movimentos sociais os quais exerceram um importante papel na busca por uma discussão e construção de um projeto que abrangesse as populações do campo. Movimento estes como os Sindicatos Rurais, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre outros. Em 1980, forma-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) movimento este que trouxe grande impacto político e pedagógico. Como afirma PIRES (2012):

A partir da criação desses movimentos, foi realizado em 1997, o I Encontro de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera) e desse encontro surgiu a proposta de realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Nessa I Conferência foi reafirmado que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Foram discutidos os problemas, analisadas as propostas e socializadas as experiências de resistência no campo e de afirmação de outro projeto de educação que preconizava a constituição de uma nova realidade, que exigia uma nova leitura do campo e respectivamente da educação voltada para essa realidade.

Este ainda afirma que:

Uma escola que seja “do e no campo” isto é, com vínculos de pertencimentos político e cultural. Para tanto, é fundamental para a construção desse projeto os sujeitos participem no seu processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação. Entre estes, citamos: movimentos sociais, sindicais e comunitários, organizações não governamentais, redes, fóruns, conselhos. O protagonismo dos sujeitos se coloca como central já nos primórdios do movimento

De acordo com as Diretrizes Curriculares as escolas do campo devem contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de

gênero, geração e etnia. A educação para a população rural está prevista no artigo 28 da LDB no qual estão previstos três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Analisando os Marcos Normativos para a Educação do Campo, temos o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que constitui-se como uma referência importante na história da educação do campo, pois nele está instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Dando seguimento encontra-se o Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, um marco na Educação do campo que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. O Decreto destaca os princípios da educação do campo, tais como o respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo destaca que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caíças, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana. (Brasil, 2001, p. 1)

Pode-se observar que a concepção de Educação do campo passou a fortalecer-se nos últimos anos, uma educação que expressa a ideologia e a força dos movimentos sociais do campo, buscando uma educação pública de qualidade que leve em consideração a identidade e a cultura dos povos do campo. Esse movimento todo contribuiu para a aprovação em 2002, pela Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, nessas Diretrizes a identidade da escola do campo é definida por suas questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e nos saberes próprios dos estudantes.

Nesse sentido os alunos da escola Paulo VI, tem seus saberes próprios de uma escola do campo, onde o professor visa uma educação de qualidade para todos os alunos que a

compõem valorizando o meio ao qual eles vivem, incentivando os mesmos a valorizar a comunidade e sua cultura local.

2.1.1 **EDUCAÇÃO DO CAMPO: Concepções e princípios pedagógicos.**

No texto preparatório para a Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”, entende-se que escola do campo é aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, em suas diversas formas de trabalho e de organização, desenvolvendo conhecimentos e tecnologias, produzindo valores, almejando o desenvolvimento social e econômico igualitário desta população. A proposta de uma Educação do campo hoje, não se restringe apenas a um planejamento pedagógico pronto e fechado, mas, é de priorizar um conjunto de transformações que possam primeiramente responder qual é o papel da escola, ou seja, a escola está desempenhando o seu papel ético/moral com cada participante, percebendo este como um sujeito humano, singular e social que têm necessidades, desejos, saberes, cultura e que, acima de tudo, merece respeito, disponibilidade e seriedade de seus educadores. A escola está cumprindo com o seu papel de intervenção social, com o vínculo com projetos de desenvolvimento regional, bem como a formação para o trabalho no campo. A escola tem o compromisso com a cultura do povo do campo, buscando o resgate, a conservação e recriação, como eixo fundamental a educação de valores, a educação pela memória histórica e a educação para a autonomia.

Um ponto muito significativo quando se pensa em Educação do campo é a questão da organização do currículo escolar, entendendo aqui currículo como a maneira pela qual irá se organizar o processo educativo na escola. De tal maneira, que o currículo escolar das escolas do campo devem obrigatoriamente contemplar a relação com o trabalho na terra, desenvolver o amor à terra e o processo de cultivá-la, como parte fundamental da identidade do campo.

Corrobora-se assim, o ideário de que nossas escolas devem em seus currículos melhor trabalhar o vínculo entre educação e cultura, almejando assim fazer da escola um espaço de desenvolvimento cultural, não apenas para os alunos, mas para toda a comunidade em si.

Outra dimensão importante quando se fala em Educação do campo, diz respeito a formação e valorização do educadores e educadoras da escola. No contexto atual do nosso país, os professores do meio rural estão subjugados a um círculo vicioso, vítimas de um sistema educacional que desvaloriza o seu trabalho, colocando o meio rural como uma

penalização e não uma escolha. É inegável que precisamos romper com esta visão, criando condições para os educadores do campo, iniciativas como a articulação entre os educadores, a qualificação desses educadores e a criação de programas sistemáticos de formação, como é dito no texto preparatório para a Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”.

Temos uma dívida histórica com a população do campo, um povo que, por diversas vezes, foram excluídos das leis educacionais, que foram tidos como um “povo atrasado” e “sem cultura”, é indiscutível pensar em uma educação para a liberdade quando deixamos parcela da população à margem dessa educação. A escola do campo, sem dúvida, é muito importante para a criação de estratégias de desenvolvimento rural, entretanto, faz-se necessário alinhar um projeto educativo contextualizado, o qual trabalhe a produção de conhecimento tendo em mente as questões para a realidade deste meio social. Assim sendo, entendemos escola do campo, como aquela que irá trabalhar os interesses, a política, a cultura e a economia dos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, mediante suas diversas formas de organização e trabalho.

Segundo Caldart (2011) um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por um educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja *no e do campo*, uma educação *dos* e não *para* os sujeitos. Nessa conjuntura, a expressão Educação do Campo parte do pressuposto de uma reflexão pedagógica que reconhece o campo como o lugar onde não só se reproduz, mas, sobretudo, se produz pedagogia.

É um projeto de educação que reafirma, como grande finalidade da ação educativa, ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos; [...] É por isso que afirmamos que não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes e sem prepará-los para ser os sujeitos dessas transformações. (CALDART, 2011, p. 154,155)

A Educação do Campo defendida por seus movimentos sociais tem sua prática ancorada na prática pedagógica libertadora a qual promove no ambiente escolar uma transformação, pois forma cidadãos conscientes de seu papel e da luta por seus direitos. De acordo com FREIRE (1987), essa prática desenvolve o método de ensino por meio de temas geradores, de tal forma, que a própria comunidade se envolve na elaboração do conteúdo a ser

ensinado, pois parte de temas presentes em seu dia a dia, da própria experiência da comunidade.

a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição de educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável a cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível (FREIRE, 1987, p.39)

Compreende-se, portanto, que o envolvimento dessa prática pedagógica com a Educação do Campo se tem pelo caráter de envolvimento da comunidade no processo educativo, muito além de uma proposta acabada, com elementos pré-estruturados, a qual, por sua vez, exclui o caráter social do educando.

Nas escolas do campo também é de suma importância trabalhar com a gestão democrática, uma exigência das escolas públicas brasileiras, e esta gestão deve ser desenvolvida partindo de princípios como a pluralidade, a participação, a autonomia e a transparência. De tal forma, que o PPP das escolas do campo deve estar alinhado a uma discussão e análise crítica do seu papel na construção da escola do campo. A resolução sobre as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002) afirma o seguinte:

Art. 11. Os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna, contribuirão diretamente:

I - para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade;

II - para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino (BRASIL, 2002, p. 02).

A partir disto, percebe-se que a escola do campo possui uma particularidade dentro das políticas educacionais, pois ela está vinculada de maneira significativa a realidade em que está inserida, ou seja, o campo brasileiro. Essa vinculação da escola com a realidade campo vem desde as reivindicações dos movimentos sociais dos povos do campo, na década de 90, por uma educação que atenda suas necessidades formativas, uma educação que seja do e no campo, garantida por lei e que realmente torne-se efetiva na realidade.

Quando se pensa em um projeto de escola do campo significa, imprescindivelmente, estudar para viver no campo, afinal, o objetivo da escola do campo é inverter a lógica de que se estuda para sair do campo. A escola do campo deve ser o lugar no qual as crianças, jovens, adultos sintam orgulho de suas raízes, sintam que estão preparados para encarar os problemas do campo. A escola do campo precisa trazer para dentro de suas paredes as práticas pedagógicas ligadas ao social, entrelaçar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, ou seja, construir no sujeito uma postura que permita transformar a sua realidade.

Sendo assim, parte-se do entendimento que a escola do campo vai muito além de um espaço escolar, mas terá uma identidade própria, identidade esta que irá fazer a terra ser muito mais do que terra. A escola do campo deve ser aquela em que seus sujeitos não sintam vergonha de sua realidade, de sua cultura, de seus saberes, mas a escola deve ser o lugar de propagação desses.

2.1.2 Fechamento Das Escolas Do Campo

Historicamente, os povos do campo vêm lutando por meio de movimentos sociais, sindicatos, associações, entre outras formas de reivindicações, pelo direito de assegurar-lhes uma educação de qualidade e, principalmente, uma educação que valorize sua cultura local e seus saberes agrícolas. Segundo Caldart (2004), a partir de 1990, com o processo do neoliberalismo e a diminuição da população vivendo no campo, as escolas rurais começam a ser encardas como um gasto demasiadamente desnecessário ao poder público, levando ao discurso errôneo de que as escolas multisseriadas não dão mais conta da alfabetização e da aprendizagem.

Em 1996, com a aprovação das Leis e Diretrizes de Base - LDB 9.394/96, a Educação Brasileira passa por um processo de reformulação, cria-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, de Valorização do Magistério (FUNDEF) e fortifica-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esses dois, por sua vez, foram muito importantes para o desenvolvimento da educação no Brasil, priorizando o

Ensino Fundamental, porém trouxeram consequências para a educação dos trabalhadores do campo; essas elaboraram políticas para a transferência dos recursos financeiros às escolas públicas brasileiras de nível Fundamental, em contrapartida iniciou-se o processo de municipalização do Ensino Básico.

Analisando todo esse contexto, para os municípios manterem as escolas multisseriadas das comunidades rurais tornou-se um gasto excessivo, pois era preciso de mais recurso para a manutenção de professores, serventes, e a estrutura escolar em si. De tal forma que, segundo Vieira (1999), instigou um processo de fechamento das escolas multisseriadas, e, assim, um instrumento entrou em andamento que foi o transporte desses estudantes das escolas fechadas para os centros urbanos ou para outras escolas de comunidades mais próximas. Com essa decisão ignora-se as consequências dessas longas viagens feitas pelos estudantes no transporte escolar, bem como ignora-se também o processo discriminatório sofrido pelos alunos quando são realocados em escolas da cidade, fator este que pode sim ser causa do abandono escolar. Como cita NUNES (2014)

Todos os alunos do meio rural enfatizaram as dificuldades encontradas na adaptação ao ensino da escola urbana, por serem provenientes de outra realidade, filhos de pequenos agricultores e se sentirem estigmatizados diante de um contexto que não conheciam porque a sua visão de mundo não é considerada e mediada com os conteúdos. [...] Talvez essas dificuldades de adaptação dos alunos, somadas às dificuldades financeiras e ao estereótipo de aluno do meio rural podem gerar um sentimento de inferioridade que atrapalha na aprendizagem e que ocasiona, em alguns casos, a insatisfação em frequentar a escola, como nos três alunos que participaram da primeira parte da pesquisa, mas não estavam mais na escola para essa entrevista (NUNES, 2014, p. 14).

Analisando os dados que são divulgados pelo MEC, nos últimos quinze anos foram fechadas 37 mil escolas do campo no Brasil e na Paraíba nos últimos sete anos 1.249, o que nos torna o terceiro estado que mais fechou escolas da região Nordeste. Esse dado é preocupante, pois, estamos negando as comunidades rurais que estas tenham o direito a uma educação que fortaleça suas culturas e saberes locais. Negamos aos alunos e a família que a escola do campo esteja próxima às famílias, permitindo-lhes a integração do cotidiano comunitário escolar.

No município, esse ano foi fechada uma das escolas do campo, por motivo da falta de estrutura física e a quantidade de alunos serem mínimos. O professor e os alunos foram realocados em outra escola do campo, na comunidade vizinha, no entanto, os alunos enfrentam dificuldades para chegar à escola devido o acesso ter ficado mais distantes.

Faz-se necessário uma intensa discussão sobre as escolas multisseriadas do campo – uma realidade em todo o mundo, as quais indiscutivelmente devem deixar de ser vistas como um problema.

Vale ressaltar que a escola Paulo VI é uma escola que atende multisseriada e é do campo, mesmo assim os resultados são excelentes. Os alunos que fizeram a avaliação do Programa SOMA, *ficaram alguns no nível adequado e a maioria no avançado*, isso nos mostra que a educação do campo apresenta é uma educação qualitativa, significativa, onde os alunos realmente estão se desenvolvendo cognitivamente.

Essas escolas, na realidade, necessitam de investimentos na infraestrutura, materiais didáticos adequados a sua realidade, formação específica para os educadores e educadoras, um currículo contextualizado e principalmente uma supervisão pedagógica permanente. Os gestores públicos devem tomar para si e assegurar realmente uma escola de qualidade com condições físicas e pedagógicas adequadas e contextualizadas aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Como é dito na Lei 12.960 de 27 de março de 2014, que em tese dificulta o fechamento das escolas do campo, em seu parágrafo único:

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Diga-se em tese, pois é necessário averiguar em que medidas os dispositivos dessa lei vêm sendo cumpridos pelos gestores municipais. Com a publicação dessa Lei, vê-se a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais no Conselho Municipal de Educação, pois é neste órgão que são tomadas as decisões referentes à Educação.

3 IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Paulo VI, fica localizada na zona rural do município de Mogeiro, mais precisamente a 12 km da área urbana e em região serrana, no agreste paraibano – PB, onde limita-se ao norte com o Sítio Boa Vista, ao sul com o Sítio Gaspar, ao leste o Sítio Benta Hora e ao oeste com o Sítio Amarelo.

A infraestrutura das dependências da escola contém um espaço de 66 m² dentro de uma área total de 20m² possuindo sua estrutura física com 01 (uma) sala de aula, 02 (dois) banheiros, 01 (uma) cozinha e 01 (uma) área para lazer (espaço reservado na frente e atrás da

escola sem cobertura.). Em relação a área de lazer, considero inadequada as práticas esportivas e aulas de campo oferecidas pela escola, já quanto a sala de aula é pouco arejada com pouca iluminação, no entanto bem ampla

A escola possui alguns equipamentos e materiais pedagógicos, como 01(uma) impressora, 01(um) mimeógrafo. Possui também 01 (uma) bibliotecas móvel, com vários livros de literatura infantil, revistas pedagógicas, dicionários. Ainda tem alfabeto ilustrado, alfabeto móvel, material dourado, jogos de damas, xadrez, dominó, peteca, bolas de futsal, baleada, vôlei, coletes.

3.1 Recursos humanos

Corpo Docente

Tabela 1

Quadro demonstrativo da situação funcional do corpo docente.

MODALIDADE DE ENSINO	Nº DE FUNCIONÁRIO	FORMAÇÃO	TURNO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA
Ed. Infantil (Pré I e Pré II) En. Fundamental (1º ao 5º ano)	01	Graduado em Pedagogia	Tarde	Contratado	09 anos
Fonte: Secretaria da Escola					

Corpo Técnico Administrativo

Tabela 2

Quadro demonstrativo da situação funcional do corpo técnico-administrativo/pedagógico

CARGO	Nº DE FUNCIONÁRIO	FORMAÇÃO	TURNO	SITUAÇÃO FUNCIONAL	TEMPO DE SERVIÇO NA ESCOLA
Diretor	01	Graduada/pedagogia	Tarde	Comissionado	09 anos

Coordenadora Pedagógica	01	Graduação em Biologia e Pedagogia e especialização em Gestão escolar e Psicopedagogia.	-	Contratada	03 meses
-------------------------	----	--	---	------------	----------

Fonte: Secretaria da Escola

3.2 Aspectos Estruturais de Funcionamento

Horário de Funcionamento da Escola

No turno da tarde de 13:00 às 17:00 horas

Níveis de Ensino de 2019

Tabela 3

Quadro resumo do número de alunos matriculados por série e turmas em 2019

MODALIDADES	Nº DE ALUNOS			TOTAL
	M	T	N	
Educação Infantil	-	06	-	06
1º Ano	-	01	-	01
2º Ano	-	02	-	02
3º Ano	-	06	-	06
4º Ano	-	01	-	01
5º Ano	-	01	-	01

Fonte: Secretaria da Escola

3.3 ASPECTOS DOUTRINAIS E FILOSÓFICOS

3.3.1 Filosofia da Escola

Ser reconhecida no município de Mogeiro como uma escola integrada com a comunidade rural, comprometida com a formação do homem do campo, com a garantia de alto nível de desempenho na aprendizagem de todos os alunos, preparando-os para se tornarem cidadãos críticos e conscientes, valorizando uma educação inovadora e aprendizagem cooperativa.

3.3.2 Objetivos Educacionais

Valorizar o bem-estar do ser humano, buscando melhorias no processo ensino-aprendizagem, a fim de cada vez ofertar à comunidade uma educação de qualidade, além de procurar garantir o acesso e a permanência de todos na escola.

3.3.1.3 Planejamento de Ensino e Avaliação

O planejamento se dá através dos HTPCs, (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) mensalmente, no qual se busca criar uma dinamicidade das ações da instituição escolar, fazendo uso de diversos recursos metodológicos, para que a avaliação educacional seja contínua, sistemática, competente, legítima e participativa, buscando não só avaliar o aprendizado dos educandos, mas também toda a prática escolar.

3.3.3.4 Programas E Projetos Pedagógicos Desenvolvidos Na Escola

Essa escola também faz parte do **PNAIC** (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa), **SOMA**, programa do governo estadual, e possui uma parceria com o **INSTITUTO ALPARGATAS** através do “Programa Educando por Meio do esporte”, por meio de sua mantenedora Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS

4.1 Histórico Da Cidade De Mogeiro

A origem do povoamento do município de Mogeiro é desconhecida. Sabe-se que suas terras eram habitadas pelos índios Cariris. O primeiro registro de posse foi requerido em 11 de maio de 1758, por Manoel Pereira de Carvalho ao então Governador da Província, José Henrique de Carvalho. Na época, o riacho de Mogeiro, que margeia a cidade, era o referencial para demarcação das terras. Presume-se que seu povoamento antecede essa data e tenha sido iniciado com os antepassados de Luiz Martins da Silva, João Paulo da Silva, dentre outros.



Pedra do convento

Recebeu o nome de um riacho que corta suas terras “Riacho de Mogeiro”, cuja significação ainda não foi descoberta, apenas existem hipóteses a esse respeito. A primeira diz vir do substantivo masculino “Mugeiro”, que significa espécie de águia que pesca mugens; a segunda supõe vir do vocábulo indígena “mong-eir” e significa mel pegajoso. Outra versão para a origem do nome da cidade, refere-se aos monges que habitavam a região. Nas suas moradias, conservadas até a metade do século passado, celebrava-se missas, realizava-se batizados, casamentos e novenas. E os moradores diziam: “vamos para os Monges”, “para casa dos Monges”, “para o mosteiro” e, finalmente, “Mogeiro”. Há quem diga que os Monges residiam nas proximidades de uma pedra denominada de Pedra do Convento e a origem do nome vem da junção dos nomes Monge + Lajedo = Mongeiro, depois Mogeiro. Essa é a versão mais comum e conhecida pela população.



Museu em homenagem localizado em Mogeiro de Baixo

Foi a Lei nº 612, de 05 de julho de 1876, que criou o Distrito de Paz do Mogeiro, vinculado à jurisdição do município do Ingá. Em 18 de maio de 1890, a Lei 125, assinada pelo governador Venâncio Neiva, o anexou ao município de Itabaiana, a quem pertenceu até sua emancipação. Isso se deve, em parte, ao Conselheiro Manoel Faustino da Silva que, junto com seu irmão, João Paulo da Silva gozavam de grande prestígio político nos meios representativos do Estado.



Oratório

A Fazenda São João, com seus casarões coloniais, oratório e uma feira que ocorria semanalmente, é conhecida como Mogeiro de Baixo – diz existir há mais de um século. Com a criação do povoado de Mogeiro de Cima, em 1900, a feira foi transferida para esta localidade pelo subdelegado Cosme Henrique de Andrade Bezerra. Dado o seu desenvolvimento, Mogeiro de Cima passou a ser sede do município, cuja emancipação se deu pela Lei nº 2.618, de 12 de dezembro de 1961, com a denominação de Mogeiro e seu gentílico de mogeirense. Quanto a Mogeiro-de-Baixo, como é conhecido até hoje, passou a condição de bairro de Mogeiro.

4.2 Histórico Da Escola

As aulas na comunidade do Granjeiro iniciou-se na casa do Sr. José Daniel, em meados da década de 60 e 70, com a primeira professora de nome Ligia, a qual morava na comunidade de Chã de Areia. Para se deslocar a professora usava uma carroça e em épocas de chuva passava vários dias, hospedada na casa do Sr. Daniel.

Devido às dificuldades enfrentadas pela professora Ligia, ela tomou a decisão de viajar para a cidade do Rio de Janeiro, em busca de uma vida melhor, sendo assim, os alunos ficaram sem aulas e os pais ficaram bastante preocupados, mas não podiam fazer nada. No entanto, um dos pais, que tinha uma condição financeira melhor, pensou em uma solução, procurou a única pessoa da comunidade que sabia ler a Sr.^a Anunciada e pediu-lhe que ensinasse sua filha a ler e escrever que ele pagaria uma pequena quantia de dinheiro, a mesma se comoveu com a história e aceitou o pedido e iniciou as aulas com a aluna.

Passando-se o tempo, os moradores da comunidade, vendo a atitude da Sr.^a Anunciada também a procuraram para que ela pudesse ensinar as demais crianças da comunidade, no entanto, sem remuneração financeira, pois os pais não tinham condições para pagar, a mesma aceitou e as aulas eram ministradas em sua residência.

Passaram-se os dias e em uma tarde o Sr. José Silveira, na época, atual prefeito de Itabaiana e dono das terras locais, passou em frente à casa da professora Anunciada no horário em que as crianças já iam para casa e o mesmo teve a curiosidade de perguntar a uma das crianças, chamada Ana Pereira o que elas estavam fazendo ali. A criança relatou todo o fato e o Sr. José Silveira dirigiu-se até a casa de Dona Anunciada para saber em detalhes o que estava acontecendo e a mesma relatou-lhe.

Diante dos fatos, o prefeito fez-lhe uma proposta para que a professora recebesse uma remuneração financeira pelos serviços prestados. Sem dúvida, ela aceitou e começou ser feita a divulgação boca a boca para que as crianças a partir de sete anos pudessem efetuar suas matrículas.

O número de matrículas foram quarenta e duas (42) crianças e vinte e seis (26) jovens, formando assim duas turmas. Vieram vários alunos das comunidades vizinhas, tendo em vista que era o único local mais próximo que havia aula, sendo um número de alunos considerável e não tendo mobiliário adequando os alunos assistiam aula sentados no chão de terra, pois a casa era de taipa.

Grandes foram os desafios enfrentados por ela, além de ministrar aula, ela ainda fazia a merenda dos alunos. Na época não existia gás de cozinha, e os próprios alunos em horário oposto as aulas, iam pegar lenha na mata para ajudar a professora.

Com passar dos anos a clientela de alunos só aumentava e a professora não estava mais dando conta de atender esses alunos em sua casa.

Mediante essa situação a professora fez a solicitação da construção de uma escola ao Prefeito José Silveira no ano de 1971, o mesmo atendeu de imediato a solicitação. No mesmo ano, foi construída a escola que funciona até hoje e recebeu o nome de PAULO VI.

4.3 Perfil Da Comunidade De Granjeiro

O perfil socioeconômico dessa comunidade é diversificado, predominando a agricultura e pecuária de subsistência, onde a maioria das famílias vive de programas do governo federal, assim como: aposentadorias e bolsa família, que ajudam muito na aquisição de materiais escolares e até mesmo produtos de higiene pessoal. Os que não contam com algum desses programas sobrevivem com aproximadamente 50% do atual salário mínimo, dinheiro adquirido da agricultura familiar.

A religião predominante desta comunidade é a católica, mesmo não tendo nenhum templo religioso neste local, os seguidores frequentam a Paróquia Nossa Senhora das Dores, situada no centro da cidade de Mogeiro, tendo como transporte, na maioria das vezes, o caminhão que transporta os estudantes da área rural para área urbana desse município.

4.4 Relatório Sobre O Perfil Da Turma

Essa entrevista foi realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Paulo VI, cujo professor/ gestor é denominado José Nildo da Silva, turma multisseriada, da Educação Infantil aos anos iniciais do ensino fundamental, no período vespertino, 08 (oito) horas semanais, no dia 17 de maio de 2019.

Mediante observação semanal, durante as visitas para supervisão e questionário respondido pelos alunos, é visível que a turma de modo geral é bem entrosada e apresenta bom relacionamento entre si e com os funcionários.

Em média, a faixa etária dos alunos vai de 05 (cinco) anos a 10 (dez) anos, sendo 02 (dois) alunos do Pré I, 03 (três) alunos Pré II, 02 (dois) alunos no 1º ano, 02 (dois) alunos no 2º ano, 05 (cinco) alunos no 3º ano, 01 (um) aluno do 4º ano e 01 (um) aluno do 5º ano. O número de meninas entrevistadas foram 06 (seis) e meninos 10 (dez), totalizando 17 alunos.

Todos os alunos entrevistados vêm de família tradicional, composta por pai, mãe e irmãos, moram em casas simples e distantes umas das outras. Apesar de ser zona rural 50% dos alunos já possuem internet em casa, facilitando assim a comunicação com o mundo exterior. Apenas dois deles possuem telefone celular e os pais permitem que façam uso das redes sociais.

Em relação a acesso a escola, existe uma grande dificuldade, pois, dos alunos entrevistados, a grande maioria reside distante ou muito longe da instituição, precisando de transporte para chegar à mesma. Alguns dos alunos vêm de carro e a maioria vem de moto, trazidos pelos pais ou parentes, dos alunos que residem próximo à escola, a minoria, vêm acompanhados pelo professor que também reside perto da instituição.

Todos gostam de estudar, não existe o fato de ter que vir a escola apenas para manter o benefício do governo federal. Considero um ponto muito positivo, pois o que vejo hoje são alunos que vão à escola obrigados pelos pais para garantir a renda social. Todos alegam que a escola é muito boa, o professor é excelente e as atividades propostas são bem explicadas pelo professor e de fácil entendimento, possibilitando assim uma boa aprendizagem. Na escola, eles aprendem a interagir com os colegas, brincar com regras, ler, escrever, coordenar e contar.

A merenda escolar servida durante a semana segue um cardápio feito pela nutricionista que acompanha as escolas. O cardápio é bem variado, e o prato que alegam mais gostar é a macarronada e a que eles não apreciam tanto é biscoito com doce. A maioria dos alunos não traz lanche para a escola, sendo assim, faz o consumo da merenda escolar diariamente. O professor ainda tem um combinado com os pais e os alunos, aqueles que trazem lanche, fazem primeiro o consumo da merenda e, logo após, se quiserem podem comer o lanche, ainda os pais foram orientados pela nutricionista a evitar certos tipos de lanches industrializados, incentivando o consumo de frutas ou alimentos que sejam mais saudáveis.

As maiorias das crianças preferem brincar em grupo, logo após a merenda, os alunos tem um tempo para brincar, como a escola fica na zona rural, eles ficam bem à vontade para correr no pátio da escola. Apenas os alunos da educação infantil permanecem na sala de aula, mas podem brincar livremente.

Na realização das atividades propostas em sala de aula, os educandos são bastante participativos, realizam o que é proposto com atenção e capricho, como a turma é multisseriada o professor, tem um pouco de dificuldade para dar a atenção necessária a todos, mas faz o possível para que esses alunos tenham um bom aprendizado.

A turma gosta de participar de atividades pedagógicas e recreativas, tais como recontar histórias, rodas de leitura, leitura para deleite, discutir um assunto da aula. Todos são bastante ativos e enérgicos, o que também é típico da faixa etária. As brincadeiras, atividades em grupo e jogos lúdicos tem sido de suma importância para melhorar a socialização.

Todos os alunos, inclusive os alunos da educação infantil, levam livros para leitura em casa todos os dias, aqueles que ainda não sabem ler, os pais ou irmãos mais velhos fazem a

leitura. Observei que o professor é um grande incentivador da leitura, sendo assim, acredito que esses alunos serão bons leitores. Ainda os livros que encontrei na biblioteca móvel, são bem usados, pois nenhum deles tem aparência de novo fato este que demonstra seu real uso didático.

Em relação a atividades de casa, eles levam três vezes na semana, aqueles que não sabem fazer recebem ajuda, na maioria das vezes, da mãe ou irmãos mais velhos. Segundo respostas dadas pelos alunos, a maioria dos pais não são analfabetos e as mães chegaram apenas a concluir anos iniciais do ensino fundamental.

Os alunos compreendem e obedecem às normas estabelecidas, exigindo dos seus colegas o cumprimento das mesmas, contudo, há aqueles que, por vezes, desrespeitam essas normas o que é normal de toda sala de aula.

A renda das famílias dos alunos entrevistados é menor ou valor igual ao salário mínimo, cuja renda vem dos programas do governo federal (O bolsa família) ou (aposentadoria). Todos são agricultores e fazem o complemento da renda da familiar com o que plantam e colhem. Apenas dois destes alunos, os pais trabalham na cidade para sustento da família, um trabalha de segunda à sexta na construção civil, retornando para casa no sábado para passar fim de semana e outro é funcionário público que no caso é o professor.

Os pais agricultores, entre fevereiro e março, plantam milho, feijão, fava e, na época de muita chuva, que vai de maio a julho, eles fazem o semeio abafado, método simples e com grande lucro. Os alunos ajudam os pais no trabalho, tanto em casa com os animais de criação quanto na roça, a maioria afirmou ajudar na época do plantio, mas nada que os impeça de frequentarem a escola.

A maioria das famílias dos alunos participam ativamente da vida escolar dos filhos, participam das reuniões de pais e mestres, costumam buscar informações e esclarecer dúvidas com o professor sempre que necessário. Apesar dos pais não terem muito estudo, eles incentivam os filhos a estudar, ajudar o professor, e assumem suas responsabilidades enquanto família e apoiam a escola em todos os sentidos, participam de projetos e em todos os eventos promovidos pela mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se investigar historicamente como foi se adquirindo o conceito de Escola do Campo, e como os movimentos sociais impactaram diretamente na luta por uma Educação *do* Campo e *no* campo.

Fica perceptível que a dita Escola do Campo se constitui segundo os teóricos e os documentos analisados a partir de um novo paradigma que orienta o currículo e a prática pedagógica nas escolas, promovendo o diálogo entre os conteúdos e a realidade vivida pelos povos camponeses.

Nos estudos realizados, evidenciam-se os desafios que ainda permeiam a Educação do Campo, principalmente no que diz respeito ao fechamento dessas escolas, trazendo à tona que a luta dos movimentos sociais tem que estar reavivada no seio dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para que juntos possam articular mecanismo que freiem o atual cenário de fechamento das escolas camponesas.

Percebe-se que a Educação do campo surge por meio da necessidade de educação escolar dos e para os trabalhadores do campo, uma educação que privilegie a identidade cultura do povo do campo, reconhecendo e valorizando seus saberes, bem como construindo a ideia de que o povo do campo pode inegavelmente viver do campo, sem precisar realizar o êxodo rural que, por muitos, aconteceu em nosso país.

A Escola do Campo preconiza que os seus camponeses(as) estudem em suas comunidades com a convivência da família, evitando e diminuindo os riscos de se submeterem a enfrentar estradas e transportes para irem as escolas nucleadas.

Portanto, com esse breve estudo firma-se a ideia para futuras pesquisas de como transformar a realidade dessas escolas, que elas realmente sejam *escolas do campo* e trabalhem os pressupostos elencados aqui e apresentados como a Educação do Campo.

6 REFERÊNCIAS

Brasil. **Conselho Nacional de Educação\ Câmara de Educação Básica. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002.

BRASIL. **Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-denovembro-de-2010/file>

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1554-8-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. **Educação no Campo: Marcos Normativos.** Disponível em:
http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf

BRASIL. **Lei 12.960/2014.** Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm#art1.

PIRES, Ângela Monteiro. A Educação do Campo e no Campo: uma conquista dos povos do campo. In: PIRES, Ângela Monteiro. **Educação do Campo como Direito Humano.** São Paulo: Cortez. 2012. p. 81-111

CALDART, Roseli Salete. **Sobre educação do campo. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).** Luziânia, Goiás, 2012.

CALDART, Roseli Salette. *A escola do campo em movimento*. In: **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

7 APÊNDICE A – Formulário



Formulário para Diagnóstico da turma multisseriada na cidade de Mogeiro

Levantamento do perfil dos alunos da Educação Infantil ao 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental

Caros educandos e educandas, conto com a sua colaboração para responder este questionário em que estou buscando traçar o perfil dos educandos da Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental do estado da Paraíba.

Escola: E. M. E. I. E. F. Paulo VI

Turno: tarde

Localidade: Sitio Granjeiro

Nome completo:

Idade: _____

Serie: _____

Sexo: _____

Mora com quem:

Mora longe ou perto da escola:

Vem com quem:

Usa transporte para chegar na escola:

Gosta de estudar:

O que você acha da escola:

O que você aprende na escola:

Que tipo de merenda é servido durante a semana:

Você se alimenta da merenda escolar todos os dias:

Qual e sua merenda preferida:

Traz lanche para escola:

Você leva livros de leitura para casa:

Todos os dias:

Tem tarefa de casa quantas vezes na semana:

Quem ajuda você fazer a atividade:

Das pessoas que moram com você, quem sabe ler e escrever:

Das pessoas que moram com você, estudaram ate que serie:

Renda familiar: R\$ _____

De onde vem à renda:

Em que seus pais trabalham:

Se na roça, o que eles plantam?

Você ajuda seus pais no trabalho: _____

Como você ajuda:

O que seus pais acham da escola:

Pesquisadora: Verônica Oliveira Nogueira da Silva

